

A Escola de Estado-Maior do Exército e seus primeiros anos de funcionamento (1905-1919)*

The Army General Staff School and its first years of operation (1905-1919)

Marcos Fernandes Marcusso

Professor efetivo de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

RESUMO

A Escola de Estado-Maior (EEM) foi criada em 1905 e tinha como principal função fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar superior que os habilitasse para exercer funções no Estado-Maior do Exército. O presente trabalho tem como objetivo analisar o início do funcionamento da Escola de Estado-Maior do Exército, e as primeiras determinações dos regulamentos de ensino (1905 e 1913-14), procurando identificar qual o tipo de formação prevista para os oficiais-alunos, entre 1905 e 1919. O estudo sobre a EEM e seus regulamentos possibilitará entender melhor o início da formação do oficial-aluno do Exército Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: História Militar; Educação Militar; Escola de Estado-Maior do Exército

ABSTRACT

The Army General Staff School was created in 1905, and its main function was provide Brazilian Army officers to a higher military education that qualified them to serve on the General Staff of the Army. This study aims to analyze the initial operation of the Army General Staff School, and the first determinations of education regulations (1905, 1913-14). This analysis aim identify what type of training was provided to official students, between 1905 to 1919. The study of the Army General Staff School and its regulations, will allow better understand the early formation of the official student of the Brazilian Army.

KEYWORDS: Military History; Military Educational; Army General Staff School

INTRODUÇÃO

A Escola de Estado-Maior do Exército (EEM) foi criada em 1905¹ e tinha como principal objetivo fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar complementar superior que os habilitasse para o serviço no Estado-Maior do Exército (EME). A Escola

* Artigo recebido em 14 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2017.

de Estado-Maior era submetida à inspeção técnica do chefe do Estado-Maior do Exército, que foi criado pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 e tinha como função primordial o preparo do Exército para a defesa da Pátria. Para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação das questões “relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das Forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa.” (ESTEVES, 1996, p.16).

A Escola de Estado-Maior era subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e funcionou, em seus primeiros anos, no prédio do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela influência do pensamento militar alemão. Tal cenário foi consideravelmente alterado a partir de 1919, quando o Governo brasileiro contratou uma Missão Militar Francesa (MMF) para realizar uma grande reforma no Exército Brasileiro. A EEM foi uma das primeiras instituições militares a ser reorganizada pelos oficiais franceses. O período de influência francesa, de 1919 a 1940, foi marcado pela construção de um prédio escolar próprio, pelo aumento de cursos, pela criação de diretorias, pela redação de manuais próprios e pela capacitação de oficiais brasileiros para atuar como instrutores e professores na própria EEM. A não renovação do contrato com a MMF em 1940² marcou o fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM.

Este artigo é fruto das primeiras análises desenvolvidas na pesquisa de doutoramento realizada na linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. O interesse na realização de uma pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior surgiu a partir do contato com alguns documentos relacionados à inauguração do primeiro prédio próprio da EEM, logo após a chegada da Missão Militar Francesa no Brasil.

O Regulamento para os Institutos Militares de Ensino foi promulgado pelo Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905 e foi assina-

do pelo Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) e pelo Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo (1902-1906). No relatório do Ministro da Guerra de 1904 foram apresentados os principais pontos do novo estatuto:

A supressão do ensino preliminar de preparatórios a custa do Estado, a cujo cargo fica exclusivamente a instrução superior, técnica profissional, à qual foram rigorosamente subordinados os programas dos diferentes cursos; a exigência de seis meses de efetivo serviço em dos corpos do Exército para a matrícula na escola de guerra e a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um batalhão de infantaria; a extinção do posto de alferes-aluno, vantajosamente substituído, quer sob o ponto de vista militar, quer econômico, pelo título de aspirante a oficial; o estabelecimento de um posto limite para o exercício do magistério, a criação de escolas de aplicação das três armas e de engenharia, e finalmente a criação de uma escola de estado-maior, com frequência franca dos oficiais de todas as armas, competentemente habilitados. [grifos nossos] (ARGOLLO, 1904, p.16)

Para o ministro o novo estatuto serviria para corrigir “todos os graves vícios e defeitos do atual regime de ensino, nem só na parte relativa à instrução, com também no que diz respeito à educação militar”(ARGOLLO, 1904, p.16).

O Estado-Maior do Exército também foi alvo das primeiras considerações do ministro, que via nele uma feição burocrática, com a realização de serviços que deveriam ser atribuídos a uma secretaria de guerra, para que este pudesse exercer exclusivamente sua elevada função de “preparo das tropas, do estudo da defesa do País e das campanhas futuras.”(ARGOLLO, 1904, p.16).

A primeira mudança significativa do novo regulamento foi a alteração no número de instituições de ensino militar e a redistribuição dos cursos e conteúdos educacionais nas mesmas. Observemos o quadro abaixo:

| Quadro 1 – Instituições de ensino militar (1898 e 1905) | |
|--|---|
| REGULAMENTO DE 1898 | REGULAMENTO DE 1905 |
| Colégios militares Escolas regimentais Escolas preparatórias e de tática Escola Militar do Brasil | Escolas regimentais Escola de guerra Escola de aplicação e de infantaria Escola de artilharia e engenharia Escola de aplicação de artilharia e engenharia Escola de estado-maior |

Fonte: GRUNENVALDT, 2005. p. 79.

Em seus primeiros anos de existência, a Escola de Estado-Maior funcionou nas dependências do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Para a matrícula na EEM o candidato deveria, além de licença do Ministro da Guerra, ter completado o curso de sua Arma³, e no caso da infantaria ou Cavalaria era necessário comprovar a aprovação nas disciplinas de Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral e Mecânica Racional. A experiência de, no mínimo, dois anos como oficial também era pré-requisito. Por fim, o candidato deveria ser aprovado em um concurso sobre a prática de servi-

ço de sua Arma, administração e legislação militares e temas táticos. O programa dos conteúdos era organizado pelo conselho de instrução da escola, aprovado pelo Ministro da Guerra e pelo chefe do Estado-Maior do Exército e publicado em ordem do Exército, com um ano de antecedência.

O curso duraria 24 meses, divididos em três períodos, e seria oferecido a oficiais, até o posto de capitão, inclusive, os que tivessem o curso de sua arma, não se permitindo aos alunos a repetição de qualquer um dos períodos. A separação dos períodos era determinada da seguinte forma:

| Quadro 2 – Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Regulamento de 1905) | | |
|--|---|---|
| Primeiro período | Segundo período | Terceiro período |
| Estudos: sete meses Prática e exames: dois meses. | Estudos: sete meses Prática e exames: dois meses. | Trabalhos práticos: cinco meses |
| 1ª aula – Geografia militar, precedida de geografia física da América do Sul. Estatística. 2ª aula – Tática aplicada. Estratégia. História das principais campanhas e daquela em que o Brasil tomou parte. 3ª aula – Estudo sintético de fortificação, do armamento em uso no Exército e no das nações circunvizinhas; estudo dos regulamentos de manobras e de campanha. 4ª aula – Astronomia, precedida de trigonometria esférica. 5ª aula – Higiene militar e serviço de saúde nos exércitos. | 1ª aula – Tática aplicada. Estratégia. Serviço de estado-maior. 2ª aula – Estudo da organização dos exércitos sul-americanos. Caminhos de ferro, telégrafos, telefones e aerostação, sob o ponto de vista militar. 3ª aula – Direito militar. Direito internacional aplicado às relações de guerra. Noções de economia política. 4ª aula – Geodésia. Teoria das projeções das cartas geográficas. Noções de hidrografia. 5ª aula – Desenho e redução de cartas geográficas. | Provas finais, classificação e distribuição dos alunos: um mês; |

Fonte: Regulamento de 1905.

A primeira organização curricular da Escola de Estado-Maior era simples e objetiva. De acordo com o regulamento, haveria um professor, com patente de capitão a major, para cada aula, incluindo as atividades práticas. No caso da prática de Geodésia⁴, as viagens de estado-maior dentro do Rio de Janeiro e de equitação eram ministradas por três instrutores, designados pelo chefe do Estado-Maior do Exército. O regulamento previa ainda a prática falada de línguas estrangeiras, sendo o espanhol e o francês obrigatórios, e o alemão e o inglês, facultativos.

Entre os conteúdos estudados destaca-se o estudo de Geografia Militar, precedida pela Geografia Física da América do Sul e do Brasil. Essa é a disciplina que apresenta mais temas, e o motivo é a valorização política, científica e militar da Geografia, no final do século XIX e início do XX. De acordo com Sérgio Pereira (2011), esse período ficou marcado pela realização de diversos congressos internacionais de Geografia, como o VI Congresso Internacional de Geografia, em Londres no ano de 1895, onde a Cartografia foi um tema de destaque. Como desdobramento desses eventos, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909. Para o autor, além da valorização do pensamento geográfico, o Congresso Brasileiro também significou a valorização de outras questões como "representação patriótica, propaganda oficial e reconhecimento do território nacional" (PEREIRA, 2010, p.157).

Para o geógrafo Yves Lacoste (1988), no fim do século XIX, a geografia podia ser dividida em duas grandes correntes: 1) de origem antiga, a chamada geografia dos estados-maiores pode ser caracterizada como um conjunto de representações cartográficas, seus estudos e de conhecimentos diversos sobre o espaço. Para o autor, esse conjunto de saberes é reconhecido como estratégico pelas elites dirigentes que o utilizam como instrumento de poder, fornecendo utilidade prática na conduta da guerra ou na organização do Estado. 2) Concebida no fim do século XIX, a "geografia dos professores" se distanciava das discussões sobre a importância estratégica dos estudos sobre o espaço e anulava sua vinculação com aspectos políticos, militares e econômicos. Para Lacoste, a "geografia dos professores" se

concentrava em um discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico.

Em contrapartida, o estudo da História Militar é relegado a uma breve abordagem descritiva de guerras anteriores, com destaque para as chamadas "guerras antigas", ocorridas de 1796 a 1797, e as chamadas "guerras modernas", entre 1870 e 1905. Por fim, eram estudadas as "Guerras do Brasil", a saber: Campanha Cisplatina, Campanha contra Rosas, Campanha do Uruguai, Campanha do Paraguai. De acordo com Câmara e Peres (2005), a disciplina "Estratégia", prevista para os dois períodos iniciais, não foi estudada no triênio de 1907-1909, correspondente ao primeiro curso da primeira turma.

O General Tasso Fragoso, ao analisar os primeiros anos da EEM, relata que os professores eram "verdadeiros autodidatas", e que buscavam apenas nos livros os ensinamentos que deveriam transmitir, uma vez que falariam de operações militares que nunca haviam assistido. Esse tipo de "improviso" foi recorrente em diversas áreas, nos primeiros anos da EEM, com as trocas de sedes, por exemplo. Apesar da existência de uma oficialidade dedicada aos estudos desde o fim do século XIX, os chamados "bacharéis de farda" pouco se interessavam por temáticas estritamente militares. Como atestam Câmara e Peres, "havia restrições à profundidade do conhecimento de instrutores, para os quais alguns assuntos eram tão novos quanto para os alunos." (CÂMARA; PERES, 2005, p. 205). Ainda de acordo com os autores, tais restrições eram enfrentadas com uma

...busca de tecnologias estimuladoras do profissionalismo por autoaprendizagem. Nesse sentido, a discussão sobre temas profissionais militares era animada por meio de muitos artigos em revistas e jornais. [...] Essas publicações recomendavam aos oficiais de estado-maior, tanto os formados antes da criação da Escola, quanto os diplomados pela EEM, que se aperfeiçoassem na leitura de publicações e aplicassem novos conhecimentos nas atividades práticas, de modo a poder difundir-las no Exército. (CÂMARA; PERES, 2005, p. 205).

Diante do exposto, fica claro o esforço inicial dos instrutores e professores da EEM em estudar as publicações de assuntos militares, principalmente europeias. Assim, é evidente que, nos anos iniciais de funcionamento da EEM, não havia a possibilidade de realizar a “aplicação” dos novos conhecimentos, como afirmam Câmara e Peres (2005), uma vez que os professores e instrutores ainda não dominavam teoricamente os conhecimentos militares.

A distribuição do tempo para o ensino era organizada anualmente pelo comandante da escola e deveria seguir algumas condições: 1) as aulas não deveriam exceder uma hora e meia, com intervalo mínimo de 15 minutos entre aulas consecutivas; 2) os trabalhos práticos não poderiam exceder três horas.

A atuação docente, segundo o regulamento, deveria seguir dez determinações, entre as quais se destacam:

...3ª, interrogar ou chamar à lição os alunos, quando julgar conveniente, para bem ajuizar do seu aproveitamento; 4ª, marcar recordações e habilitar os alunos, por meio de dissertações escritas, mensais, a semelhante gênero de provas, para os exames; (...) 5ª, enviar mensalmente a secretaria os graus [notas] conferidos aos alunos nas sabatinas; (...) 6ª, comparecer às sessões dos conselhos de instrução e aos demais atos escolares nos dias e horas marcados pelo comandante; (...) 8ª, dar ao comandante, para ser presente ao conselho de instrução, na época competente, o programa de ensino de sua aula, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programa em vigor; (...) 9ª, requisitar do comandante os objetos necessários ao ensino de sua aula; (BRASIL, 1905)

A atuação docente seria complementada com as atribuições dos adjuntos e dos instrutores:

Art. 96. Ao adjunto incumbe cumprir estritamente as instruções dadas pelo professor.

Art. 97. Os adjuntos só toma-

rão parte nos conselhos de instrução quando se tratar de assumpto referente ao ensino de sua aula.

Art. 98. Os instrutores observarão os programas do ensino prático e mencionarão nas suas partes o assumpto do exercício. Farão serviço de dia por escala e poderão ser encarregados de quaisquer outros, compatíveis com o exercício das suas funções. (BRASIL, 1905)

Novamente, temos uma descrição sucinta das atribuições, com destaque para a pouca importância dada à atuação do instrutor, o que se afastava do discurso de intensificação do ensino prático, presente no Regulamento e no Relatório do Ministro da Guerra. Assim, o protagonismo do professor, responsável pelas aulas teóricas, era reforçado. Tais orientações serviam para todas as escolas militares prescritas no Regulamento de 1905 (Quadro 1) e seguiam a tradição verbalista e mnemônica da educação brasileira, desde o modelo de escola jesuíta ainda na Colônia, com sabatinas e exames. Na Escola de Estado-Maior, por se tratar de um curso destinado a oficiais, as dissertações escritas eram mais comuns que as sabatinas, mais afeitas às escolas de formação de oficiais.

A questão dos materiais para o ensino a EEM tinha um descrição própria:

Art. 193. A Escola de Estado-Maior terá:

1ª, sala para os estudos de geografia, de tática e de estratégia, onde se reúnam cartas, mapas, plantas, descrições, dados estatísticos e memórias, especialmente sobre a América do Sul e particularmente sobre o Brasil; 2ª, material completo e aparelhos para os trabalhos astronômicos e geodésicos; 3ª, cavalos para os exercícios de equitação; 4ª, arreamento e peso dos animais. (BRASIL, 1905)

A execução desse programa de disciplinas, teóricas e práticas, e a disposição dos supracitados materiais para ensino enfrentavam condições físicas adversas pois, de acordo com Câmara e Peres (2005), a pri-

meira sede da Escola de Estado-Maior foi improvisada e ocupou, no ano de 1906, as instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, sediada no atual Palácio Duque de Caxias. No mesmo prédio, apenas a um andar de distância, funcionava o Estado-Maior do Exército, órgão gerador e supervisor. Desde o início, já se preparava a mudança, para a também provisória sede na Escola Militar da Praia Vermelha⁵. Não houve turma nessa primeira sede. Assim, a primeira turma ingressou no início de 1907, já na Praia Vermelha. De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1907, os trabalhos escolares foram iniciados em 15 de abril tendo sido matriculados 15 oficiais, dos quais três pediram desligamento ao longo do ano. Sendo que os 12 restantes foram aprovados no curso do 1º período. Em 1908, a EEM contou com 20 alunos, 12 no 2º período e oito no 1º. Apenas nesse ano foram comprados uma biblioteca de livros, mapas e cartas inteiramente militares, todos modernos, além das assinaturas de diversas revistas militares. (FONSECA, 1909, p.8).

A entrada de alunos nos anos subsequentes foi instável, devido às constantes mudanças de sedes, conforme indica os relatórios dos ministros da guerra. Segundo o Relatório do ministro da guerra, em abril de 1909, oito oficiais concluíram o curso de estado-maior, após passarem o mês de março finalizando as atividades práticas de estado-maior e Geodésia em Cabo Frio. Nesse mesmo ano, apenas três candidatos submeteram pedidos de matrícula e, devido ao número reduzido, estes foram cassados e não se formou turma, ficando a escola com apenas oito alunos matriculados, todos no terceiro período. Outro fator que poderia explicar a baixa procura pelo curso de Estado-Maior é a ausência de uma tradição de estudos entre os oficiais brasileiros, especialmente em um curso essencialmente teórico, como foi nos primeiros anos da EEM. Em grande medida, o curso não era atrativo para uma oficialidade pouco afeta a estudos teóricos, e que não via na realização do curso uma possibilidade de ascensão hierárquica⁶.

Ainda no mesmo relatório se descrevia as condições materiais precárias da EEM em sua sede improvisada:

Por exiguidade da verba destinada a este estabelecimento, não se acham a sala de estudos e os gabinetes de astronomia, geodésia, telegrafia e telefonia providos do material exigido pelo ensino que nele se ministra, como determina o art. 193 e seus §§ 1º e 2º do atual regulamento. (BORMANNO, 1910, p.6)

Diante dessa descrição, pode-se inferir que a formação efetivamente recebida pelas primeiras turmas da EEM estava aquém das definições regulamentares, em uma clara distinção entre a norma e a realidade. A EEM foi movida, novamente, por conta da exposição internacional realizada em 1908, em virtude do centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Em caráter emergencial, entre 1908 e 1910, funcionou nas instalações da Direção de Saúde, onde hoje se encontra a Policlínica Central do Exército, próximo à Praça da República, no centro do Rio de Janeiro, sendo que até o mobiliário foi alugado. Os quadros e pinturas históricas ficaram sob a guarda da Escola Nacional de Belas Artes. O prédio, apesar de maior e mais conservado que os dois anteriores, "*não era dotado de instalações que pudessem oferecer condições tão propícias ao ensino quanto ao da antiga Escola Militar do Brasil*" (CÂMARA; PERES, 2005, p. 64).

A constante mudança de sede nos primeiros anos de existência da EEM foi um claro obstáculo para o desenvolvimento do ano letivo. O programa de ensino seria alterado novamente em 1909, no esteio de diversas mudanças promovidas pelo Alto-Comando Militar, na figura do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. De acordo com Câmara e Peres (2005), as alterações foram pontuais, em relação ao programa de ensino de 1905, e pretendiam diminuir o caráter essencialmente teórico do curso. A principal mudança foi na duração do curso, que passou de 24 para 36 meses. Manteve-se a separação em três períodos, que seriam anuais. A organização em aulas, e seus respectivos títulos, foram mantidos, alterando-se alguns dos conteúdos programáticos.

De forma geral, as alterações propostas nos regulamentos da EEM ao longo da Pri-

meira República, assim como nas demais instituições militares de ensino, procuravam intensificar o ensino prático e o chamado “teórico-prático”. Tal orientação está na maioria dos Relatórios dos Ministros de Guerra, mas quase sempre esbarravam na falta de recursos materiais e estrutura física para sua concretização.

A Escola de Estado-Maior voltou à Praia Vermelha em 1910, onde permaneceu até 1918, quando foi fechada em decorrência da declaração de guerra à Alemanha (outubro de 1917). A Escola retoma suas atividades apenas em 1920, quando passou a ter sede própria. Durante a década de 1910, a escola viveu momentos de maior normalidade, pois a sede apresentava melhor estrutura para receber o curso, conforme corrobora o relatório do Ministro da Guerra:

Foi aproveitado o espaço necessário às acomodações não só das aulas teóricas como dos diferentes gabinetes, precisos à ministração da prática correspondente. No gabinete de eletricidade, instalado em compartimento espaçoso, são feitas todas as experiências de telefonia e telegrafia, inclusive a do telégrafo sem fio, perfeitamente montado com as respectivas antenas e demais aparelhos de transmissão e recepção. Em uma das salas do pavimento térreo instalou-se um motor elétrico e dínamo para a produção de energia para o carregamento dos acumuladores do telégrafo sem fio, para as projeções luminosas, arrebentamentos de minas e demais experiências eletrotécnicas, que no decorrer do curso tornam-se precisas na escola. (BARRETO, 1911, p.9).

Em 1910, ainda de acordo com o relatório do Ministro da Guerra, oito oficiais realizaram a matrícula na EEM. O documento descrevia que o Comandante da EEM, General Gabino Bezouro, apontava a necessidade de alteração do concurso de admissão, uma vez que:

...por serem demasiadas as exigências atuais que, cumpridas à risca, obrigariam os candidatos a mostrar, de antemão, conhecimentos de tal vastidão, que só poderão possuí-los depois de terem feito nesta escola um curso regular e eficaz. Pensa o mesmo comandante ser acertado não só facilitar um pouco mais o concurso de admissão, em vista da pouca afluência de candidatos à matrícula como estabelecer medidas de incentivo e estímulo, para aqueles que concluíssem com êxito o curso da escola. (BARRETO, 1911, p.8).

As palavras do Comandante da EEM reforçam a assertiva de que os oficiais brasileiros não eram afeitos a estudos sobre assuntos militares.

No ano posterior, foram matriculados 18 alunos, segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1911. Em 1912, foram mais 18 matriculados, totalizando 28 alunos efetivos. Em 1913, foram 20 matrículas, totalizando 59 alunos efetivos, sendo que 18 oficiais concluíram o curso. Nesse ano, a EEM passava a ter um novo regulamento⁷, com pequenas alterações em relação ao anterior. Antes de nos atermos às mudanças ligadas diretamente à EEM, vale destacar que o Regulamento de 1913-14 reorganiza as instituições de ensino militar novamente, conforme quadro abaixo:

| Quadro 3 – Instituições de ensino militar (1905 e 1913-14) | |
|---|--|
| REGULAMENTO DE 1905 | REGULAMENTO DE 1913-14 |
| Escolas regimentais Escola de Guerra Escola de Aplicação e de Infantaria Escola de Artilharia e Engenharia Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia Escola de Estado-Maior | Escolas regimentais Colégios Militares Escola Militar [do Realengo] Escola Prática do Exército Escola de Estado-Maior. |

Fonte: Regulamento de 1905 e Regulamento de 1913-1914

A maior alteração, nesse quesito, fica por conta da criação da Escola Militar, no afastado bairro do Realengo, concentrando novamente a formação do oficial do Exército numa mesma instituição, após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904. A reativação dos colégios militares também é significativa. As duas medidas demonstram uma mudança no pensamento educacional do Exército. A época do Regulamento de 1905, a ideia era acelerar a formação em escolas específicas, desativando os colégios e as escolas preparatórias. No entanto, tal medida não surtiu efeito, pois a descentralização da formação dos oficiais dificultou o acesso às escolas, impossibilitando o êxito da medida.

Tais medidas apontavam para uma concepção de educação militar que visava: intensificar a formação do oficial em uma instituição, diversificar a atuação do Exército na área educacional e promover uma possível verticalidade na formação do militar: do Colégio Militar à Escola de Estado-Maior, passando pela Escola Militar do Realengo. Obviamente, tais ideias eram incipientes e sua concretização só seria possível muito tempo depois, nas décadas de 1930 e 1940.

A primeira mudança que merece destaque se refere ao aproveitamento de matérias estudadas nas escolas de formação de oficiais. De acordo com o Regulamento,

Art. 6º Em virtude de existirem no Exército oficiais com o curso de armas por diversos regulamentos, cada qual orientado de um modo diferente – a Escola de Estado-Maior foi organizada tendo-se em vista o menos completo desses cursos, devendo, por isso, haver casos de oficiais que tenham exame de uma ou mais disciplinas das ensinadas na mesma escola, os quais não poderão ser obrigados a estudá-las ou estudá-las de novo.

Parágrafo único. Os oficiais nas condições acima ficam, en-

tretanto, obrigados aos trabalhos práticos de que falam as disposições gerais do regulamento da Escola de Estado-Maior, embora esses trabalhos versem sobre materiais de que já tenham exame. (BRASIL, 1914).

Assim, mesmo já aprovados em disciplinas cursadas anteriormente, os alunos-oficiais que ingressavam na EEM seriam submetidos aos trabalhos práticos. A inclusão desse artigo demonstra um dos problemas gerados pelas constantes mudanças regimentais nas instituições militares de ensino: coexistência de oficiais com o mesmo curso de Armas, mas com programas curriculares diferentes.

Entre as principais mudanças está a caracterização e destinação da EEM, exposta no Regulamento de 1913-1914:

I – DA ESCOLA E SEUS FINS

Art. 1º A Escola de Estado-Maior é um externato destinado a proporcionar aos oficiais efetivos dos três primeiros postos do Exército, com o curso de arma, a instrução militar que os habilita para o serviço de Estado-Maior.

Parágrafo único. A Escola de Estado Maior, que é *um instituto de altos estudos militares*, fica sob a imediata inspeção técnica do chefe do Grande Estado-Maior do Exército. (BRASIL, 1914) [grifos nossos]

Pela primeira vez, a EEM aparece como um *instituto de altos-estudos militares*, reforçando sua missão de formar oficiais para o Alto-Comando do Exército. O curso de admissão, por sua vez, seguia as mesmas determinações do Regulamento de 1905.

A duração do curso foi mantida em três anos, divididos em três períodos, conforme as alterações de 1909. No entanto, os esforços em tornar o ensino mais prático foram intensificados com a reorganização e diminuição dos conteúdos curriculares:

| Quadro 4 – Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos anuais (Regulamento de 1913-1914) | | |
|---|---|--|
| Primeiro ano | Segundo ano | Terceiro ano |
| <p>a) Ensino teórico-prático</p> <p>1ª aula – Geografia militar, especialmente da América do Sul; leitura de cartas; estatística militar.</p> <p>2ª aula – Tática aplicada, especialmente às grandes unidades; estudo da fortificação em suas relações com a tática e a estratégia.</p> <p>3ª aula – Comunicações militares (viação férrea, aerostação, telégrafo, telefonia etc.); aplicações da eletricidade à guerra, na vigilância, no ataque e na defesa.</p> <p>4ª aula – Serviço de administração militar; material correspondente; tática dos abastecimentos.</p> <p>5ª aula – Higiene militar; serviço de saúde nos exércitos.</p> | <p>a) Ensino teórico-prático</p> <p>1ª aula – Geodésia, precedida dos indispensáveis práticos da astronomia.</p> <p>2ª aula – Cartas geográficas; seu desenho; sistemas de projeções nelas usados; cópia, redução e ampliações das mesmas; aplicações militares da fotografia.</p> <p>3ª aula – Direito internacional, especialmente a parte aplicada à guerra; conhecimentos essenciais de economia política.</p> <p>4ª aula – Estratégia (ilustrada com a análise das principais campanhas em que tem tido parte o Brasil e os países sul-americanos, e exemplificada com as mais notáveis dos tempos antigos e modernos).</p> <p>5ª aula – Serviço de Estado-Maior; estudo completo da organização dos exércitos sul-americanos.</p> | <p>Ensino essencialmente prático</p> <p>Esta prática do 3º ano realizar-se-á dentro da 9ª região ou onde mais conveniente for.</p> |
| <p>b) Ensino prático</p> <p>Prática falada de francês e inglês ou alemão.</p> <p>Jogo da guerra, topografia, telegrafia, telefonia, fotografia e equitação.</p> | <p>b) Ensino prático</p> <p>Prática falada de francês e inglês ou alemão.</p> <p>Jogo da guerra, topografia, telegrafia, telefonia, fotografia e equitação.</p> | |

Fonte: (BRASIL, 1914)

A tentativa de tornar o ensino mais objetivo, prático e voltado para a profissão militar era um desejo do Alto-Comando do Exército desde a publicação do regulamento anterior. Tal aspiração esteve presente em praticamente todos os relatórios dos Ministros da Guerra da década de 1900 e 1910. O próprio Regulamento de 1913-14 trazia uma preocupação especial com o ensino de alguns conteúdos curriculares essencialmente teóricos, como Matemática, Física e Química, que seriam ministrados na recém-criada Escola Militar do Realengo. Com o intuito de

dirimir o impacto desses conteúdos, ligados à tradição bacharelesca da EMPV, o regulamento apresenta uma espécie de “roteiro pedagógico”, algo extremamente incomum em normas dessa natureza:

O ensino de Matemática será reduzido ao estritamente necessário para os estudos superiores do aluno, evitando-se tudo aquilo que não tenha aplicação ou valor prático [...] Sendo assim, tais conhecimentos, sobre inteligentemente escolhidos, devem revestir-

-se de um caráter eminentemente experimental, sem o que os alunos não gravarão de modo eficaz os fenômenos e as leis a estudar. (BRASIL, 1914).

Em estudo anterior sobre a formação do oficial na Primeira República, constatou-se que os esforços do Alto-Comando se concentravam na implementação de um modelo de ensino militar que primasse pelos princípios da utilidade e da experiência. Nesse sentido, a utilidade dos conhecimentos estava diretamente ligada a sua capacidade de aplicação na profissão militar. Tais conhecimentos também deveriam ser “revestidos” por um “caráter eminentemente experimental” (MARCUSO, 2012). Apesar de não se tratar da Escola de Estado-Maior, a reprodução dessas determinações é fundamental para compreender a preocupação do Ministério da Guerra e do Estado-Maior com a diminuição do ensino teórico e intensificação do ensino prático nas instituições militares de ensino.

Em 1915, a EEM continuava sob o comando do Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante, e o relatório do Ministro da Guerra apresentava uma síntese dos trabalhos realizados naquele ano. A maioria dos exercícios práticos foi ministrada em outros estabelecimentos militares e, em alguns casos, com o apoio de seus respectivos docentes:

Os exercícios de equitação foram realizados no quartel do 13º regimento de cavalaria e a instrução do jogo de guerra foi ministrada pelo próprio professor de tática. De acordo com o disposto no art. 8 do regulamento da escola, fizeram parte das mesas examinadoras de línguas três professores da escola prática. (FARIA, 1916, p.21)

O artigo 8º refere-se às regras definidas para as provas orais de língua estrangeira, que seriam feitas para cada idioma separadamente e “nelas se dará destaque a conversação sobre a tecnologia militar.” (BRASIL, 1914).

O Relatório do Ministro da Guerra de 1914 apresentava as considerações do Coman-

dante da EEM, Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante: a “instrução foi ministrada de acordo com as disposições do regulamento de 30 de abril de 1913, com as alterações do de 28 de março de 1914.” (FARIA, 1915, p.17). As aulas foram frequentadas por 24 oficiais-alunos. O relatório destaca que os exames, teóricos e práticos, ocorreram normalmente entre dezembro e janeiro, e que o desempenho dos alunos foi “lisonjeiro”.

De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1915, foram matriculados 21 alunos, 36 fizeram exames, 17 concluíram o curso e apenas dois foram desligados. No mesmo relatório, consta a descrição de adaptações na execução do programa de ensino, especialmente em relação ao ensino prático:

Os trabalhos da primeira seção deviam consistir em aplicações concernentes às doutrinas ensinadas nas aulas de assuntos militares, e não tendo sido possível, realizá-los em exercícios de quadros, foi incluído no programa o estudo crítico de uma campanha moderna desde a declaração de guerra até a conclusão da paz. (FARIA, 1916, p.22)

Os alunos também realizaram uma viagem de Estado-Maior, entre os dias 4 de novembro e 6 de dezembro. Segundo o relatório, os “resultados colhidos e pela sua amplitude excedeu os termos de mera aprendizagem” (FARIA, 1916, p.22). As viagens de estado-maior constavam como atividade prática do terceiro ano do curso e, provavelmente, consistiam na aplicação simulada dos conteúdos programáticos de Estado-Maior (conteúdo da 5ª aula do 2º ano).

Também foram realizados exercícios práticos referentes ao segundo ano do programa de ensino: “*Os exercícios da 2ª seção consistiram num reconhecimento topográfico até a Barra do Pirai, no levantamento topográfico da Babilônia, em trabalhos de campo de uma triangulação e na determinação de coordenadas geográficas com sextante e teodolito.*” (FARIA, 1916, p.22). O relatório apresentava uma tabela com os resultados das aprovações nos exames daquele ano:

| Tabela 1 – Resultado dos exames finais das aulas teóricas (1915) | | | | |
|---|------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| PRIMEIRO ANO | | | | |
| Aulas | Distinção | Plenamente | Simplesmente | TOTAL |
| Primeira | ---- | 12 | ---- | 12 |
| Segunda | 3 | 9 | ---- | 12 |
| Terceira | 1 | 9 | 1 | 10 |
| Quarta | 2 | 7 | ---- | 9 |
| Quinta | ---- | 12 | ---- | 12 |
| SEGUNDO ANO | | | | |
| Primeira | ---- | 7 | ---- | 7 |
| Segunda | 2 | 4 | ---- | 6 |
| Terceira | 1 | 6 | ---- | 7 |
| Quarta | 1 | 6 | ---- | 7 |
| Quinta | 1 | 6 | ---- | 7 |

Fonte: (FARIA, 1916, p. 22)

Em relação aos exames finais das aulas práticas do segundo e terceiro anos,

| Tabela 2 – Resultado dos exames finais das aulas práticas (1915) | | | | |
|---|------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| SEGUNDO ANO | | | | |
| Aulas | Distinção | Plenamente | Simplesmente | TOTAL |
| Francês | 2 | ---- | ---- | 2 |
| Alemão | ---- | ---- | 1 | 1 |
| Inglês | ---- | ---- | 1 | 1 |
| Jogo de Guerra | 3 | 2 | 1 | 6 |
| 3ª aula do 1º ano | 1 | 5 | 1 | 7 |
| 2ª aula do 2º ano | ---- | 5 | 1 | 6 |
| TERCEIRO ANO | | | | |
| Jogo de Guerra | — | 16 | 1 | 17 |
| 3ª aula do 1º ano | — | 17 | — | 17 |
| 2ª aula do 2º ano | — | 16 | 1 | 17 |
| 1ª seção (estado-maior) | 1 | 13 | 1 | 17 |
| 2ª seção (Geodésia) | 1 | 14 | — | 17 |

Fonte: (FARIA, 1916, p.23)

De acordo com o Regulamento de 1913-1914, o conteúdo programático do terceiro ano se restringiria ao “*ensino essencialmente prático*”, não constando nenhuma informação adicional acerca da natureza desse ensino. Entretanto, os resultados das provas finais fornecem essa informação. Assim, os conteúdos do ensino prático do terceiro ano seriam: 1) Jogo de Guerra (ensino prático, 2ª ano); 2) Comunicações militares (viação férrea, aerostação, telégrafo, telefonia etc.); aplicações da eletricidade à guerra, na vigilância, no ataque e na defesa (3ª aula do 1º ano); 3) Cartas geográficas, seu desenho, sistemas de projeções nelas usados, cópia, redução e ampliações das mesmas; aplicações militares da fotografia (2ª aula do 2º ano); 4) Estado-Maior; 5) Geodésia. No relatório do MG de 1916, encontra-se um complemento da caracterização do ensino prático do terceiro ano:

Subsistiu para o ensino prático do 3º ano o programa organizado para 1915, que divide o ensino em duas secções: estado-maior e Geodésia. Em ambas as secções o ensino é dividido em duas partes, uma que é ministrada no interior e outra fora do estabelecimento. (FARIA, 1917, p.27)

Segundo o relatório, em 1915 foi elaborado um programa de ensino para o terceiro ano que divide os conteúdos em duas secções: Estado-Maior e Geodésia. O relatório também caracteriza o ensino dentro e fora da escola:

A instrução na escola consta de jogo da guerra, apreciação das campanhas desde a declaração de guerra até o tratado de paz, especialmente quanto às operações de mobilização, concentração, ao funcionamento dos serviços e observância das convenções internacionais, aplicando-se a legislação pátria e os regulamentos militares. A instrução fora da escola compreende exercícios táticos de quadro e viagem de estado-maior. [...] O conselho de instrução resolveu fixar em 80 o número das lições das diversas aulas. (FARIA, 1917, p.27)

Podemos observar que o comando da EEM, principalmente por meio do conselho de instrução e, provavelmente, com o apoio do próprio Estado-Maior, procurou elaborar programas de ensino com o intuito de complementar e aperfeiçoar as disposições gerais do Regulamento de 1913-14. Em 1916, de acordo com o relatório, os exames do 3º ano foram realizados em fevereiro, em virtude da viagem de estado-maior, que foi longa, obedecendo as instruções especiais, uma vez que estava fora do período regulamentar de exames. Naquele ano, matricularam-se 27 oficiais, e as aulas “*abriram-se no primeiro dia útil de abril, funcionando até o último dia de novembro. A disciplina foi sempre mantida dentro dos termos regulamentares*” (FARIA, 1917, p.27). De acordo com Jaguarê Miranda, alunos oficiais da EEM foram enviados ao sul do País, em 1916, para auxiliarem na construção de uma via férrea que ligaria o Estado de São Paulo a Santa Catarina. Ainda segundo o autor:

Os trabalhos se deram nas cidades de Rio Negro, no Paraná, e Caxias, no Rio Grande do Sul, com notada importância – política, pelo favorecimento à integração nacional; econômica, pela viabilização de incremento do sistema de transportes brasileiro; e, finalmente, social, pelo favorecimento a melhores condições de vida da população local, como consequência do já citado anteriormente. Cabe dizer que tal providência favoreceu, ainda, o prestígio do Exército junto à sociedade brasileira. (MIRANDA, 2005, p.86)

Tais medidas não constam no Relatório do Ministro da Guerra referente a este ano.

Em 1917, o General de Brigada Ignacio de Alencastro Guimarães manteve-se sob o comando da EEM e, de acordo com o relatório do MG, os trabalhos escolares foram “*executados de acordo com as disposições regulamentares e a disciplina foi sempre rigorosamente mantida*” (FARIA, 1918, p.43). Naquele ano, foram matriculados 34 alunos, sendo 14 no 1º ano, sete no 2º ano e 13 no 3º ano. O Relatório de 1917 foi sucinto na descrição do

ano escolar, pois a escola seria fechada em 1918, em virtude da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Os trabalhos retomaram apenas em 1920, sob a supervisão dos oficiais da Missão Militar Francesa e, em uma nova sede, a partir de 1921.

Esse cenário de sedes improvisadas, mudanças e fechamentos temporários, dificultam o desenvolvimento de qualquer tipo de ensino, militar ou civil, e prejudicavam a execução completa dos programas de ensino, especialmente das atividades práticas. Como já vimos, a EEM seria fechada a partir de 1918: “Tendo o governo resolvido o não funcionamento deste estabelecimento em 1918, em vista do estado atual, que exige a presença dos oficiais em seus corpos, foram tomadas as providências a respeito, com relação ao seu pessoal e material” (FARIA, 1918, p.43). A última ordem do dia foi publicada no dia 14 de janeiro de 1918 e anunciava o fechamento da segunda sede da EEM:

Cessa hoje a sua atividade, ainda que temporariamente, para surgir e brilhar em outra época mais calma da vida nacional, con-

forme as previsões judiciosas do Governo. Teve uma existência relativamente curta, 11 anos, mas deixa bem nítida uma série de benefícios ao Exército (...). As turmas se sucederam, o ensino técnico se aperfeiçoou, novos e mais vastos conhecimentos foram proporcionados, e o Exército sente o benéfico esforço desse conjunto de obreiros da ciência a ensinar e dos dedicados e sequiosos ouvintes a aprender e discernir. (CÂMARA; PERES, 2005, p.67-68)

Não há informações em relação ao destino do pessoal ou do material da EEM, até 1920, quando a escola será reaberta em uma nova sede e sob o comando dos militares da MMF.

Esse artigo buscou apresentar algumas considerações iniciais sobre a Escola de Estado-Maior do Exército, especialmente sobre as primeiras determinações oficiais constantes nos regulamentos e nos relatórios dos Ministros da Guerra. Outra preocupação foi a descrição detalhada das fontes para o estudo da educação militar de forma geral, e da Escola de Estado-Maior em específico.

REFERÊNCIAS

ARGOLLO, General Francisco de Paula 1904. *Relatório do Ministro da Guerra de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.

BARRETO, General Emygídio Dantas. *Relatório do Ministro da Guerra de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911.

BRASIL, Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913 – Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913.

_____. Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914- Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.

_____. Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905 – Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.

BORMANNO, José Bernardino, *Relatório do Ministro da Guerra de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1910.

CÂMARA, Hiram de Freitas; PERES Carlos Roberto (org). *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – a escola do método: um século pensando o Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996.

FARIA, José Caetano de. *Relatório do Ministro da Guerra de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1915.

_____, *Relatório do Ministro da Guerra de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1916.

_____, *Relatório do Ministro da Guerra de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

_____, *Relatório do Ministro da Guerra de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

FONSECA, General Hermes da. *Relatório do Ministro da Guerra de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

FONSECA, General Hermes da. *Relatório do Ministro da Guerra de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.

GRUNENVALDT, José Tarcisio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. 2005. 285f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LACOSTE, Yves. (1976) *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papirus, 1988.

MARCUSSO, Marcos Fernandes. *A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)*. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MIRANDA, Jaguarê Saraiva. A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920: Ideias, Valores, Relacionamento com a Sociedade, Eventos Políticos, Sociais, Econômicos e Militares. *Revista PADECEME*. Rio de Janeiro, n. 10, p. 82-88, 1. quadrim. 2005. Disponível em: <https://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/435/382> Acesso: 02. Set. 2016.

PEREIRA, Sérgio Nunes. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um "festival científico" no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Orgs). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010.

SILVA, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e. *Relatório do Ministro da Guerra de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

NOTAS

¹ A escola foi criada através do Decreto no 5.698, de 2 de outubro de 1905, que definia os Regulamentos para os institutos militares de ensino.

² Este ano também marcou a mudança da escola para sua atual sede, na Praia Vermelha.

³ Trata-se dos cursos de formação de oficial oferecidos na Escola Militar da Praia Vermelha: Cavalaria, Infantaria e Engenharia.

⁴ A Geodésia é ciência que estuda a forma e a dimensão da Terra e o campo de gravidade e suas variações temporais. No início do século XX, a Geodésia tinha como principal objetivo precisar a localização de acordo com os cálculos acerca das dimensões globais. A sua prática consistia no estudo das teorias e postulados matemáticos da Geodésia e suas possíveis aplicações na atividade militar.

⁵ A Escola Militar da Praia Vermelha foi fundada em 1874 no centro do Rio de Janeiro e previa a formação de engenheiros militares e de oficiais do Exército. A Escola foi fechada em 1904 após uma rebelião que se somou às agitações sociais decorrentes da Revolta da Vacina. Cerca de 300 membros da escola aderiram ao movimento popular.

⁶ Esse cenário se altera consideravelmente em 1929, quando o curso de Estado-Maior é exigido como pré-requisito para a promoção ao posto de general.

⁷ O regulamento para o ensino militar de 1913 foi estabelecido pelo Decreto no 10.198, de 30 de abril de 1913. Alguns de seus artigos foram alterados pelo Decreto no 10.832, de 28 de março de 1914, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913 -1914.